



### ANEXO 24 DO EDITAL 143/2011-PRH CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR NÃO-TITULAR

## **DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO** Área de conhecimento: **DIREITO PENAL**

### PROGRAMA DE PROVA

- 1. Direito Penal
  - 1.1. Conceito, funções e caracteres
  - 1.2. Ciência do Direito Penal, Política Criminal e Criminologia
- 2. Princípios fundamentais do Direito Penal
  - 2.1. Princípios constitucionais penais e direitos humanos
  - 2.2. Princípio da legalidade
  - 2.3. Princípio da dignidade da pessoa humana
  - 2.4. Princípio da culpabilidade
  - 2.5. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos
  - 2.6. Princípio da intervenção mínima
  - 2.7. Princípio da proporcionalidade
  - 2.8. Princípio da pessoalidade
  - 2.9. Princípio da individualização da pena
  - 2.10. Princípio da humanidade
  - 2.11. Princípio da insignificância
- 3. Teoria da lei penal
  - 3.1. Fontes do Direito Penal
  - 3.2. Norma e lei penal
  - 3.3. Lei penal em branco
  - 3.4. Interpertação da lei penal
  - 3.5. Aplicação da lei penal
  - 3.6. Analogia
  - 3.7. Lei penal no tempo
  - 3.8. Lei penal no espaço
  - 3.9. Concurso aparente de lei penais
- 4. Teoria jurídica do delito: noções preliminares
  - 4.1. Conceito de delito
  - 4.2. Classificação das infrações penais
  - 4.3. Bem jurídico e objeto da conduta
- 5. Ação
  - 5.1. Conceito de ação





Edital 143/2011-PRH - Anexo 24

- 5.2. Teorias causais
- 5.3. Teoria social
- 5.4. Teoria finalista
- 5.5. Teorias normativistas
- 6. Relação de causalidade
  - 6.1. Conceito
  - 6.2. Teorias
  - 6.3. Teorias da imputação objetiva
- 7. Omissão
  - 7.1. Conceito de omissão
  - 7.2. Espécies de delitos omissivos
  - 7.3. Ausência de ação e de omissão
- 8. Tipicidade
  - 8.1. Tipo e tipicidade
  - 8.2. Desvalor da ação e desvalor do resultado
  - 8.3. Tipos penais dolosos
  - 8.4. Tipos penais culposos
  - 8.5. Classificação estrutural dos tipos penais
- 9. Ilicitude
  - 9.1. Ilicitude e injusto
  - 9.2. Causas de justificação: noções preliminares
  - 9.3. Estado de necessidade
  - 9.4. Legítima defesa
  - 9.5. Estrito cumprimento de dever legal
  - 9.6. Exercício regular de direito
  - 9.7. Consentimento do ofendido
- 10. Culpabilidade
  - 10.1. Conceito
  - 10.2. Teorias
  - 10.3. Elementos
  - 10.4. Causas de exclusão
- 11. Teoria do erro
  - 11.1. Teorias do erro
  - 11.2. Espécies de erro
- 12. Etapas da realização do delito





Edital 143/2011-PRH - Anexo 24

- 12.1. O iter criminis
- 12.2. Preparação e execução
- 12.3. Consumação e tentativa
- 12.4. Desistência voluntária e arrependimento eficaz
- 12.5. Arrependimento posterior
- 12.6. Crime impossível e delito putativo
- 12.7. Intervenção predisposta da autoridade e atuação do agente provocador
- 13. Sujeitos do delito e concurso de pessoas
  - 13.1. Sujeitos ativo e passivo
  - 13.2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica
  - 13.3. Autoria e co-autoria
  - 13.4. Participação
  - 13.5. Punibilidade no concurso de pessoas
  - 13.6. Circunstâncias incomunicáveis
- 14. Unidade e pluralidade delitiva
  - 14.1. Sistemas
  - 14.2. Concurso material
  - 14.3. Concurso formal
  - 14.4. Crime continuado
  - 14.5. Multa no concurso de delitos
- 15. Sanções penais
  - 15.1. Noções preliminares
  - 15.2. Conceito e teorias
  - 15.3. Espécies
- 16. Penas privativas de liberdade
  - 16.1. Sistemas penitenciários
  - 16.2. Espécies
  - 16.3. Regimes
  - 16.4. Progressão e regressão
  - 16.5. Direitos e deveres do preso
  - 16.6. Trabalho prisional
  - 16.7. Remissão e detração
  - 16.8. Limite das penas
- 17. Penas restritivas de direitos
  - 17.1. Espécies





Edital 143/2011-PRH - Anexo 24

- 17.2. Substituição
- 17.3. Conversão
- 18. Pena de multa
  - 18.1. Conceito
  - 18.2. Natureza jurídica
  - 18.3. Sistemas
- 19. Determinação da pena e circunstâncias
  - 19.1. Conceito e sisetmas
  - 19.2. Individualização legal, judicial e executória
  - 19.3. Fixação da pena
  - 19.4. Teorias da circunstâncias
  - 19. 5. Agravantes e atenuantes
  - 19.6. Causas de aumento e de diminuição de pena
  - 19.7. Qualificadoras e privilégios
- 20. Suspensão condicional da pena
  - 20.1. Conceito e natureza jurídica
  - 20.2. Sistemas
  - 20.3. Requisitos
  - 20.4. Espécies
  - 20.5. Condições
  - 20.6. Período de prova
  - 20.7. Revogação
  - 20.8. Prorrogação
  - 20.9. Extinção
- 21. Livramento condicional
  - 21.1. Conceito e natureza jurídica
  - 21.2. Requisitos
  - 21.3. Concessão
  - 21.4. Condições
  - 21.5. Revogação
  - 21.6. Prorrogação
  - 21.7. Extinção da pena
- 22. Efeitos da condenação e reabilitação
  - 22.1. Conceito de efeitos da condenação
  - 22.2. Efeitos sedundários penais





Edital 143/2011-PRH - Anexo 24

- 22.3. Efeitos secundários extrapenais
- 22.4. Conceito de reabilitação
- 22.5. Condições da reabilitação
- 22.6. Requisitos, efeitos e revogação da reabilitação
- 23. Medidas de segurança
  - 23.1. Conceito
  - 23.2. Natureza jurídica
  - 23.3. Penas e medidas de segurança: distinções
  - 23.4. Sistemas
  - 23.5. Pressupostos de aplicação
  - 23.6. Espécies
  - 23.7. Locais de internação e tratamento
  - 23.8. Duração
  - 23.9. Exame de verificação da cessação de periculosidade
  - 23.10. Desinternação ou liberação condicional
  - 23.11. Medida de segurança substitutiva
  - 23.12. Extinção da punibilidade e medidas de segurança
  - 23.13. Direitos do internado
- 24. Punibilidade
  - 24.1. Teoria geral da punibilidade
  - 24.2. Condições objetivas de punibilidade
  - 24.3. Escusas absolutórias
  - 24.4. Comportamento pós-delitivo positivo
- 25. Causas de extinção da punibilidade
  - 25.1. Morte do agente
  - 25.2. Anistia, graça e indulto
  - 25.3. Abolitio criminis
  - 25.4. Renúncia
  - 25.5. Perdão do ofendido
  - 25.6. Perdão judicial
  - 25.7. Retratação
  - 25.8. Decadência e perempção
  - 25.9. Prescrição
- 26. Ação penal
  - 26.1. Conceito e fundamento



Edital 143/2011-PRH - Anexo 24

fls. 6

- 26.2. Espécies
- 26.3. Princípios
- 26.4. Ação penal nos crimes complexos
- 26.5. Ação penal e Juizados Especiais Criminais

## **REFERÊNCIAS**

Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte Geral. v. l. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal brasileiro. Parte Geral. 8 ed. São Paulo: RT, 2008.

### Complementares

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2002.

BRANDÃO, Cláudio. Curso de Direito Penal: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BRUNO, Aníbal. **Direito Penal**. Parte Geral. t.I. 5 ed. Rev. e atual. por Raphael Cirigliano Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CARVALHO, Érika Mendes de. Punibilidade e delito. São Paulo: RT, 2008.

CEREZO MIR, José. Curso de Derecho Penal español. Parte General. 6 ed. t. II. Madrid: Tecnos, 1998.

CERNICCHIARO, Luiz Vicente; COSTA JR., Paulo José da. **Direito Penal na Constituição**. 3 ed. São Paulo: RT, 1995.

COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal. Parte Geral. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

COSTA JR., Paulo José da. Curso de Direito Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **A racionalidade das leis penais**. Teoria e prática. Trad. Luiz Regis Prado. São Paulo: RT, 2005.

DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

\_\_\_\_ Bases e alternativas para o sistema de penas. São Paulo: RT, 1998.

FERRARI, Eduardo Reale. **Prescrição da ação penal**: suas causas suspensivas e interruptivas. São Paulo: Saraiva, 1998.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal**. Parte Geral. 17 ed. Atual. por Fernando Fragoso. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GOMES, Luiz Flávio. Erro de tipo e erro de proibição. 4 ed. São Paulo: RT, 1999.

GRACIA MARTÍN, Luis. **O horizonte do finalismo e o Direito Penal do Inimigo**. Trad. Érika Mendes de Carvalho e Luiz Regis Prado. São Paulo: RT, 2007.

\_\_\_ Fundamentos de dogmática penal: una introducción a la concepción finalista de la responsabilidad penal. Barcelona: Atelier, 2006.



Edital 143/2011-PRH - Anexo 24

fls. 7

JAKOBS, Günther. **A imputação objetiva no Direito Penal**. Trad. André Luís Callegari. São Paulo: RT, 2000.

LUISI, Luiz. Os princípios constitucionais penais. 2 ed. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002.

MIR PUIG, Santiago. **Direito Penal: fundamentos e teoria do delito**. Trad. Cláudia Viana Garcia e José Carlos Nobre Porciúncula Neto. São Paulo: RT, 2008.

MUNHOZ NETTO, Alcides. **A ignorância da antijuridicidade em matéria penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

PALAZZO, Francesco. **Valores constitucionais e Direito Penal**. Trad. Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1989.

PASCHOAL, Janaína Conceição. **Constituição, criminalização e Direito Penal mínimo**. São Paulo: RT, 2003.

PRADO, Luiz Regis. **Bem jurídico-penal e Constituição**. 3 ed. São Paulo: RT, 2003.

\_\_\_\_ **Multa penal: doutrina e jurisprudência**. 2 ed. São Paulo: RT, 1993.

PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes de. **Teorias da imputação objetiva do resultado. Uma aproximação crítica a seus fundamentos**. 2 ed. São Paulo: RT, 2006.

QUEIROZ, Paulo. **Funções do Direito Penal**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

REALE JR., Miguel. **Instituições de Direito Penal**. Parte Peral. t. I e t. II. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

REALE JR., Miguel *et alii*. **Penas e medidas de segurança no novo Código**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

ROXIN, Claus. Estudos de Direito Penal. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

Política criminal e sistema jurídico-penal. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, trad. Luís Greco.

Derecho Penal. Parte General. Trad. Diego-Manuel Luzón Peña et alii. Madrid: Civitas, 1997, t. I. SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal. Parte Geral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SILVA FRANCO, Alberto. **Temas de Direito Penal** (Breves anotações sobre a Lei n.7.209/84). São Paulo: Saraiva, 1986.

TASSE, Adel El. **Teoria da pena**. Curitiba: Juruá, 2005.

TAVARES, Juarez. Teoria do injusto penal. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

\_\_ Direito Penal da negligência: uma contribuição à teoria do crime culposo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de Direito Penal**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

WELZEL, Hans. **Derecho Penal alemán**. Trad. Juan Bustos Ramírez e Sérgio Yáñez Pérez. 11 ed. Santiago: Jurídica de Chile, 1970.

\_\_ O novo sistema jurídico-penal. Uma introdução à doutrina da ação finalista. São Paulo: RT, 2001, trad. Luiz Regis Prado.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro**. v. l. Parte Geral. 6 ed. São Paulo: RT, 2005.

\_\_\_ Da tentativa: doutrina e jurisprudência. 8 ed. São Paulo: RT, 2008.



Edital 143/2011-PRH - Anexo 24

fls. 8

GOMES, Luiz Flávio (Coord.). Lei de Drogas comentada. 3 ed. São Paulo: RT, 2008.

MONTEIRO, Antonio Lopes. **Crimes Hediondos. Texto, comentários e aspectos polêmicos**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 2 ed. São Paulo: RT, 2007.

RAMELA, Pablo A. Crimes contra a humanidade. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

SALES, Sheila Jorge Selim de; PIRES, Ariosvaldo Campos. **Crimes de trânsito**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de garantias e o Direito Penal Juvenil**. São Paulo: RT, 2008. SILVA FRANCO, A. **Crimes Hediondos**. 6 ed. São Paulo: RT, 2007.

## TABELAS DE PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DO CURRÍCULUM VITAE

Tabela 1: Pontuação não cumulativa (6,0 pontos no máximo)

	Formação acadêmica:	Pontuação
1.1	Doutorado ou livre-docência ou Pós-Doutorado	6,0 pontos
1.2	Mestrado	5,0 pontos

Tabela 2: Pontuação cumulativa (4,0 pontos no máximo)

	Atividade docente, profissional, produção científica e outros títulos	Pontuação por itens	Pontuação máxima por bloco	
2.1	Magistério superior na graduação	0,1 por semestre	0,5 no máximo	
2.2	Magistério na pós-graduação.	0,1 por disciplina	0,5 110 1118X11110	
2.3	Projeto de pesquisa, ensino e extensão concluído.	0,1 por ano e por projeto		
2.4	Projeto de extensão e de ensino permanente	0,1 por ano e por projeto	0,5 no máximo	
2.5	Orientação na área ou em área afim como atividade técnica	0,02 cada uma		
2.6	Orientação de trabalho de iniciação científica	0,02 cada uma		
2.7	Orientação de monografia de especialização	0,03 cada uma	0.2	
2.8	Orientação de dissertação de mestrado.	0,04 cada uma	0,3 no máximo	
2.9	Orientação de tese de doutorado	0,05 cada uma		
2.10	Participação em banca examinadora de concurso para magistério superior	0,02 cada uma		
2.11	Participação em banca examinadora de especialização e exame de qualificação	0,03 cada uma	0,3 no máximo	
2.12	Participação em banca examinadora de defesa de	0,04 cada uma		
2.13	Participação em banca examinadora de defesa de doutorado	0,05 cada uma		





Edital 143/2011-PRH - Anexo 24

2.14	Docência em curso de atualização ou extensão em nível superior	0,03 cada um	0,2 no máximo	
2.15	Conferência e palestra na área ou em área afim	0,03 cada uma		
2.16	Coordenação de curso de pós-graduação	0,02 por ano		
2.17	Coordenação de curso de graduação	0,02 por ano		
	Cargo administrativo	0,02 por ano	0,5 no máximo	
2.19	Participação em órgão colegiado	0,02 por ano		
2.20	Cargo de direção, supervisão e orientação na	0,03 por ano		
2 21	Livro editado: autor	0,3 cada um		
	Livro editado: co-autor ou editor	0,1 cada um	0,3 no máximo	
	Livro editado: tradutor ou revisor técnico	0,1 cada um	0,5 110 1118211110	
	Artigo em revista especializada/científica	·		
2.24	indexada e capítulo de livro: autor.	0,1 cada um		
2.25	Artigo em revista especializada/científica e capítulo de livro: co-autor.	0,05 cada um	0,3 no máximo	
2.26	Artigo em revista não especializada e não indexada e em anais de encontro	0,04 cada um		
2.27	Outra publicação	0,02 cada uma		
2.28	Apresentação de trabalho em evento de natureza	0,02 cada uma	0,1 no máximo	
2.29	Curso de pós-graduação ou aperfeiçoamento, cursado na área afim	0,02 cada um		
2.30	Graduação em outra área (para mais de uma graduação).	0,02 cada uma	0,1 no máximo	
2.31		0,02 cada um		
2.32	Atividade docente não-universitária na área ou em área afim	0,03 por semestre	0,5 no máximo	
2.33		0,01 cada um	o,o no maximo	
2.34		0,03 cada um	0,05 no máximo	
2.35	Atividade profissional não-docente na área	0,02 cada um	0,05 no máximo	
	Estágio extracurricular na área ou área afim	0,02 cada um		
2.37		0,02 cada uma	0.0	
2.38	Participação em projeto de ensino, pesquisa ou	0,05 por projeto	0,2 no máximo	
2.39	extensão, enquanto acadêmico.  Prêmio, distinção e láurea por trabalho técnico e científico na área.	0,02 cada um	0.4 ms == (	
2.40		0,02 cada uma	0,1 no máximo	
2.41		0,02 cada uma		
		,		